

Corpos dissensuais: um olhar para experiência de travestis e mulheres trans da Av. Pedro II de Belo Horizonte

Dissensual bodies: an analysis of Pedro II Avenue's transvestites and trans women experiences

Tomás German*

Resumo

Nas esquinas sombrias da Avenida Pedro II de Belo Horizonte, corpos trans interpelam e são interpelados. Irrompem da experiência estética do fluxo cotidiano gerando pequenas crises (Gumbrecht, 2006). O processo de subjetivação das travestis e mulheres trans é marcado por uma ambiguidade de partilhas do sensível *policia* e *política* (RANCIÈRE, 2005). Essas vidas são marcadas pela precariedade (BUTLER, 1999, 2018) de serem excluídas da cidade, forçadas a viverem dentro do armário (SEDGWICK, 2007). Chambers (2010) reflete, por meio de Rancière, que o modelo de polis de Platão organiza a cidade de acordo com as funcionalidades de seus sujeitos. Os excessos, como filósofos e artistas, deveriam ser expulsos para garantir o seu bom funcionamento. Rancière (apud Chambers, 2010) percebe nos sem parte (RANCIÈRE, 2005) um potencial de geração de mudanças e com isso criação de *partilhas políticas do sensível*. Capaz de afetar e ser afetado, mudar e ser mudado, um corpo travesti em uma esquina irrompe na experiência cidadina, mesmo sendo esse o único espaço que lhe cabe. A partir de narrativas de si transcritas no livro *Translado* (GERMAN, et al. 2018), o trabalho discute sobre como corpo pode instigar outros processos de subjetivação (RANCIÈRE, 2006) e ensejar outras partilhas do sensível (RANCIÈRE, 2005).

Palavras chave: Partilhas do sensível; subjetivação; travestilidades; experiência estética.

Abstract

*In the dark corners of Belo Horizonte's Pedro II Avenue, trans bodies call and are called. They erupt from the aesthetic experience of daily flow, generating small crises (Gumbrecht, 2006). The process of subjectification of transvestites and trans women is marked by an ambiguity of police and politics distribution of sensible (RANCIÈRE, 2005). These lives are marked by the precariousness (BUTLER, 1999, 2018) of being excluded from the city, forced to live in the closet (SEDGWICK, 2007). Chambers (2010) reflects, through Rancière, that Plato's model of polis organizes a city according to the characteristics of its subjects. Excesses, such as philosophers and artists, were expelled to ensure their proper functionality. Rancière (apud Chambers, 2010) partly realizes (RANCIÈRE, 2005) a potential for grow changeness and then creates police's distribution of the sensible. Able to affect and to be affected, to change and to be changed, a transvestite body in a corner breaks out in the city's experiences, even though this is the only place that fits them. From the self-narratives transcribed in *Translado* (GERMAN et al. 2018), the paper discusses how the body can instigate other processes of subjectivation (RANCIÈRE, 2006) and other distribution of sensible (RANCIÈRE, 2005).*

Keywords: *Distribution of the sensible; subjectivation; transvestites; aesthetic experience.*



Para começo de conversa

Os primeiros raios de sol começam a esquentar o asfalto negro da Avenida. A rua, outrora pacata, intensifica o movimento. Ficam mais frequentes as linhas de ônibus e seus usuários já esperam nos pontos. O ressoar dos saltos dos sapatos no cimento das calçadas ficam imperceptíveis com os estridentes ruídos dos motores automotivos. É hora de voltar para casa, enquanto para outros é chegada a hora de sair para trabalhar. “Durante o dia, travesti não é ninguém...” (Brenda *apud*. GERMAN *et al.* 2018, p. 30). Cansadas pela batalha[1] enfrentada madrugada a fora, quando chega a hora do raiar do dia, “a gente só quer chegar e deitar...” (Kamilly *apud*. GERMAN *et al.* 2018, p. 30).

Estamos em Belo Horizonte, nas imediações da Av. Pedro II, importante via da Região Noroeste da cidade, que liga diversos bairros ao Centro. Lojas de peças automotivas, de pneus, de tintas, depósitos de sucata, entre outros estabelecimentos margeiam uma avenida longa com três faixas em cada mão. Muitas dessas lojas e desses estabelecimentos são fechados por portas de aço, que, de manhã, ficam enroladas em um compartimento superior. Quando essas portas estão esticadas, escritos institucionais dos estabelecimentos disputam espaço com as escritas subversivas dos pixadores. À noite, a economia convencional dos arredores da avenida dá espaço para a prostituição de travestis e mulheres trans.

A Av. Pedro II começou a ser construída em 1935 como uma resposta à crescente urbanização da região (ARREGUY e RIBEIRO, 2008). Na década de 1920, operários eram incentivados a formar vilas fora da área urbana da cidade, confinada ao traçado da Av. do Contorno pelo urbanista Aarão Reis. Foi então que surgiu a Ex-colônia Carlos Prates, motivada pela disponibilidade de água dos Córregos do Pastinho e do Ribeirão Arrudas, hoje escondidos pelas Avenidas Pedro II e Carlos Luz (popularmente conhecida como Catalão). Atualmente, a Região Noroeste é a mais populosa de Belo Horizonte. A ocupação das pessoas trans na região, por sua vez, não consta nos relatos oficiais da cidade. Suas narrativas parecem se esvaír nas águas dos córregos canalizados nas pavimentações das Avenidas[3].

Foi no intuito de registrar e fortalecer identidades, territórios e memórias de travestis e mulheres trans que surgiu o projeto *Translado*, aprovado na Lei Municipal de Incentivo à Cultura de Belo Horizonte de 2015 (LMIC/2015). Durante oito encontros, que contaram com doze participantes, realizados em duas casas de travestis da região (espaços simultaneamente íntimos e de passagem que ajudam a revelar seus modos de habitar), foram realizadas atividades (customização de camiseta, *flâneur* e entrevistas) para refletir sobre as identidades, territórios e memórias das participantes.

Todos os encontros foram gravados e transcritos. Após uma pré-seleção e validação das escolhas com as próprias travestis, foi criado

1. Batalha é a forma como as travestis referem ao seu trabalho de prostituição.

2. Para complementar as reflexões desenvolvidas no artigo, é interessante notar que Belo Horizonte é a segunda capital com mais rios canalizados no Brasil. São 165 km de rios revestidos de concreto, o que significa 25%. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/cidades/avenidas-da-capital-cobrem-25-dos-córregos-urbanos-1.1001605>> Acesso 01 de julho de 2019.

3. Mais adiante discutirei essa questão.

um livro (GERMAN *et al.* 2018), de mesmo nome do projeto, cujas narrativas aproveitei neste artigo para minhas reflexões. Será frequente, portanto, minha automenção, não como autor dessas narrativas, cuja autoria sempre estarão sinalizadas pelo primeiro nome de quem as disse. A automenção foi optada como uma forma de facilitar na referência bibliográfica a essas narrativas.

Pelo fato do processo de construção do livro ter sido próximo a uma etnografia, vejo minha excessiva automenção como positiva, uma vez que foi possível refletir para além das transcrições das narrativas. Parto de uma revisita ao livro publicado e um processo inicial reflexivo no qual não acredito haver chegado a uma conclusão.

Por uma questão ética, não recorrerei a outras narrativas ou materiais colhidos durante os encontros, uma vez que não me foi previamente autorizado. A metodologia utilizada para a construção do presente trabalho, dessa forma, se assemelhará mais a uma revisão bibliográfica, não escondendo, entretanto minhas próprias experiências durante o projeto apresentado anteriormente.

Pelas narrativas fica evidente um processo parecido ao descrito por Jaques Rancière (2006) como *desidentificação*. Quando se questionam as partes de um sistema regulador, policial, é criada uma subjetivação política, expressa por um processo de desidentificação ou desclassificação de um campo do sensível[3].

Não quer dizer que haja uma negação completa da identidade tida como convencional, mas um processo de constatação de que se pode ser mais do que é identificado/classificado. Nesse sentido, assim como Rancière descobre operários afeitos à literatura e à música em *A noite dos proletários* (1988), o livro *Translado: narrativas trans da Av. Pedro II* (GERMAN *et al.*, 2018) apresenta o que está por trás desse “ser ninguém durante o dia”.

Aqui, portanto, buscarei, por meio dessas narrativas, recriar as chamadas *cenar de dissenso* (RANCIÈRE, 2006), marcadas pelo método de *verificação da igualdade* (RANCIÈRE, 2016). Isso é, quando dois mundos se chocam, quando há dissenso, desentendimento. Essas reflexões ficarão melhor discutidas ao longo do texto. Por ora, gostaria de salientar que os conceitos chave e a própria metodologia se imbricam no processo da escrita do texto, uma vez que não acredito ser possível dissociar os pensamentos de Rancière da própria metodologia, porque a *verificação da igualdade* deve ser sempre acionada nas reflexões.

Para caracterizar as lentes pelas quais vemos esses sujeitos, é importante destacar o conceito de performatividade. Butler (2017) atesta que

seria errado supor que a discussão

sobre a 'identidade' deva ser anterior à discussão sobre a identidade de gênero, pela simples razão de que as 'pessoas' só se tornam inteligíveis ao adquirir seu gênero em conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade do gênero (BUTLER, 2017, p. 42, grifos do original).

Esse debate é de grande importância para pensar os discursos que constituem as relações de poder entre os indivíduos em seus modos de existir no gênero. Dessa forma, nos apoiamos na noção de performatividade de gênero proposto por Butler para perceber as vivências e as narrativas dos corpos trans que ocupam o espaço público[4].

Em *Problemas de Gênero*, Butler (2017) discute sobre as fronteiras do corpo. O que pode ser e não pode ser um corpo masculino ou um corpo feminino? Ela refuta ver o corpo somente como uma casca, ou como uma tábua rasa onde se inserem discursos históricos. Para ela, a religião católica estava errada ao pensar que o corpo prendia a alma. Muito pelo contrário, seria a alma a prisão do corpo, justamente por ser ela a delimitadora de suas fronteiras, de suas possibilidades.

Entretanto, mergulhados ou não dentro de toda profundidade corpórea, um corpo não pode ser outra coisa se não *público* (DEWEY, 2004). Capaz de afetar e ser afetado, mudar e ser mudado, um corpo travesti em uma esquina irrompe na experiência cidadã, mesmo sendo esse o único espaço que lhe cabe.

No presente trabalho, discutirei sobre as afetações dos corpos trans. Em que medida eles são públicos e em que medida eles publicizam o confronto de não ter uma parte? Como um copo trans pode ser político?

O corpo e suas afetações

Todos os dias é uma azáfama. Sair para batalha não é algo simples.

É toda uma coisa. Que as pessoas olham a gente na esquina, nem imagina. 'Pronto! Tá linda dando o cu e pronto.' Sabe? Tipo ninguém entende, ou tenta entender, tudo... Antes, durante e depois do que a gente passa pra poder trabalhar na rua (Lívia apud GERMAN et al, 2018, p. 29, grifo do original).

Em outro momento, ela complementa: "você tem gasto, você se maquia, igual eu me maqueio, arrumo o cabelo, tomo banho... sou sempre muito cheirosa pra atender cliente. Se eu atender 10 clientes no dia, eu tomo banho a cada um, toda hora" (Lívia apud GERMAN et al, 2018, p. 68).

4. No texto *Carta de uma ex-mulata a Judith Butler*, Angela Figueiredo tensiona os questionamentos de Butler sobre identidade. Segundo ela as "identidades fluidas" fizeram com que o movimento negro perdesse espaço político e que se perpetuassem algumas opressões. Entretanto, mantemos as proposições de Butler por se aproximarem das vivências *queers*. Isso é, de uma vivência com menos possibilidade de categorização e marcada mais pelo o que *não* se é do que se é.

5. Montar é um termo muito utilizado pelas travestis para se referir ao ato de se arrumar, embelezar e ficar mais próxima do gênero com o qual se identificam.

6. É comum que as travestis utilizem o termo *descer* para se referir ao trajeto que as leva para o local onde trabalham.

Nem sempre todo o trabalho é recompensado. "Você fica mais nervosa ainda, você fala, 'porra, me arrumei tanto, o cara parou pra mim e foi ali pegar a outra que está de rasteirinha, com uma peruca de plástico na cabeça'" (Lívia apud GERMAN et al, 2018, p. 68, grifo do original).

A dedicação para se montar[5] não se resume, entretanto, a horas antes de *descer*[6] para rua. O trabalho é antigo e se dá antes mesmo de se reconhecer trans ou travesti. "Desde pequenininho eu sempre fui muito afeminada, usava vestido, passava maquiagem da minha mãe, na hora que minha mãe saía... Nossa, eu amava!" (Lívia apud GERMAN et al, 2018, p. 20).

Anos mais tarde, já assumida, transformar o corpo do modo como melhor se identificava virou uma meta de vida. "Quando eu vim para BH, em 2015, era meu sonho colocar peito" (Lívia apud GERMAN et al, 2018, p. 62). A prótese depois virou sinônimo de uma vitória pessoal, mesmo considerando algo supérfluo. "Acho que é uma coisa muito fútil pra mim hoje em dia, mas foi uma vitória porque eu sei o que eu passei, coisas que eu enfrentei pra ter" (Lívia apud GERMAN et al, 2018, p. 60).

O corpo, entretanto, é só o primeiro passo para um processo de interpelação. Como reflete Butler (1997), somos constituídos pela linguagem. Isso é, somos o resultado de uma equação entre passado, presente e futuro. O que somos é parte de um processo de significação (ou troca de sentidos) que já existe e ao mesmo tempo um processo que criamos e refazemos. Ser homem ou ser mulher é uma *verdade* inteligível socialmente, mas a partir do momento em que vivemos, damos uma nova configuração para isso. Nossa existência, então, é em si um processo de interpelação.

Ali na rua, ocupando o espaço público elas se sujeitam a "[...] uma aventura. O objetivo dessa aventura é ela mesma. [...] Basicamente a disposição para o encontro: o encontro com o outro, o encontro no outro, o encontro como território que se modifica a cada acesso" (PIRES, 2007, p. 11).

O contato com o outro, assim, é gerador de experiências. Dewey (2010) define experiência como um processo de afetações. Para ele, nossas vidas são marcadas por uma sucessão de eventos, mas alguns nos afetam, mexem com a gente, são elas as experiências. Dentre as experiências, algumas nos afetam de uma outra forma, de modo mais intenso e memorável, são então *uma* experiência. Para seguir o exemplo de Lívia (apud GERMAN et al, 2018, p. 60) citado anteriormente, "colocar peito" pode ser percebido como *uma* experiência, uma vez que o evento foi como um marco em sua história.

As experiências, entretanto, podem ser públicas, quando elas afetam e mobilizam grupos maiores, são capazes de alterar o percurso de uma coletividade, de um grupo. Quando as experiências afetam somente uma pessoa, ou um grupo restrito de pessoas, elas ficam no campo do privado. Os peitos de Lívia por exemplo poderiam ser uma experiência

somente individual, entretanto há uma grande quantidade de pessoas que condena essa prática, tornando o assunto (prótese das pessoas trans) público.

As afetações das experiências, por sua vez, se dão de diferentes formas. Um evento não afeta da mesma maneira todas as pessoas, por mais que ele seja de ordem pública. Há aqueles que não ligam para a questão das próteses. Outros acham feio, uma aberração, algo pecaminoso. Há os que sentem atração, curiosidade, possuem fetiche. Listar todas as afetações possíveis seria algo hercúleo e desnecessário, por isso, prossigo.

É a partir dessas reflexões que percebemos que os corpos trans e travestis afetam as pessoas nas ruas. Talvez não a ponto de criar *uma* experiência. Entretanto aquele corpo desestabiliza a experiência estética cotidiana e gera o que Gumbrecht (2006) chama de pequenas crises.

[...] afirmo que ‘a experiência estética nos mundos cotidianos’, apesar de apontar para um novo estado universal do mundo, sempre será uma exceção que, de maneira totalmente natural e de acordo com cada situação individual, desperta em nós o desejo de detectar as condições (excepcionais) que a tornam possível. Uma vez que ela se opõe ao fluxo da nossa experiência cotidiana, os momentos de experiência estética se parecem com pequenas crises. (GUMBRECHT, 2006, p. 51 grifo do original)

Gumbrecht retrata a experiência estética da vida cotidiana, tomando como base quatro elementos: (1) tudo o que pode ser obtido por meio da consciência; (2) tudo aquilo que gera os sentimentos de “pequenas crises”; (3) circunstâncias e contextos nas quais as experiências estariam baseadas e (4) os efeitos provocados pela experiência estética na nossa vida. O autor cita Martin Seel para demonstrar que objetos descontextualizados são mais facilmente percebidos, são mais fáceis de aparecer, de forma que o que nos parece raro ou inusitado acaba nos chamando bastante atenção, gerando assim uma “pequena crise”.

O olhar julgador das pessoas evidencia a experiência estética que a presença desses corpos provoca nelas. “Para pegar ônibus, para você andar de ônibus é... Nossa! Todo mundo te olha. Vê ‘isso tá errado’” (Palloma *apud* GERMAN *et al*, 2018, p. 97, grifo do original). Esse olhar desloca a pessoa de onde ela está e demonstra que ela está descontextualizada, quase *obscena*. Isso porque a experiência estética estimula outros sentidos e sensações e assim, o desconforto que Palloma sentia era muito próximo ao desconforto que seu corpo provocava.

Gumbrecht também explica que, principalmente depois das teorias sobre design e funcionalidade, propostos pela Bauhaus, é muito mais

7. Em “Comendo o outro”, capítulo do livro *Olhares negros: raça e representação*, bell hooks (2019) discute sobre a presença da imagem negra e a satisfação de um prazer visual dos espectadores, principalmente no que tange a mulher negra. Ela argumenta sobre a importância de haver *outras* estéticas, outras representações de populações minorizadas como a população negra (de onde ela dirige suas reflexões). Saliento, entretanto, a recorrência de termos ligados à comida no processo estético. *Comer* em hooks (2019) e *digerir* em Gumbrecht (2006). Trago aqui as reflexões de hooks (2019) como uma possibilidade de ampliar as reflexões propostas neste artigo para outras *cenas*. Entretanto, não busco criar um paralelo ou uma comparação entre a experiência de mulheres negras, descrito por hooks (2009), com as vivências trans e travestis, às quais me dedico neste artigo.

8. O termo homofobia é utilizado pelo autor como um aglutinador de violências contra grupos que divergem dos padrões heterossexuais e binaristas de gênero, e não somente a práticas homossexuais de gays, lésbicas e bissexuais, mas também a performances desviantes como as de homens afeminados, mulheres masculinas, pessoas trans, sujeitos *queers*, entre outros. Para ele, a cultura patriarcal e machista naturaliza a homofobia, concordando com crimes e violências contra pessoas LGBTQIA+ e justificando esses atos com a patologização do que é desviante a norma heterossexual.

9. Para se ter uma noção do cotidiano das vivências das pessoas trans cito Jaqueline Gomes de Jesus: “No que se refere ao seu cotidiano, as pessoas transgênero são alvo de preconceito, desatendimento de direitos fundamentais (diferentes organizações não lhes permitem utilizar seus nomes sociais e elas não conseguem adequar seus registros civis na Justiça), exclusão estrutural (acesso dificultado ou impedido a educação, ao mercado de trabalho qualificado e até mesmo ao uso de banheiros) e violências variadas, de ameaças a agressões e homicídios, o que configura a extensa série de percepções estereotipadas negativas e de atos discriminatórios contra homens e mulheres transexuais e travestis denominada ‘transfobia’”. (JESUS, 2012, grifo do original)

10. Na dificuldade de não utilizar um termo genericado optei por tentar deixar a sentença neutra com o “x” na marcação de gênero. Nesse sentido, cabe aqui tanto os gêneros masculinos e femininos, quanto outros gêneros e a indefinição de gênero. O objetivo disso é justamente respeitar as diversas definições de gênero possíveis em situações próximas às que foram descritas.

11. Aqui faço um adendo a essa questão. Não considero que a categoria mulher seja algo único e marcado por experiências similares, mesmo se tratamos de mulheres cisgêneras, ou seja, aquelas que não passaram por um processo de transição identitária de gênero. É comum perceber no discurso feminista negro uma problematização a

fácil associar a forma ou aspecto de uma cadeira ao conforto dela, e isso pode ser interpretado como uma experiência estética, já que une o prazer visual a outros tipos de experiências e relações. Da mesma forma, aquele corpo é tido como abjeto, impuro, incorreto. O simples fato de olhá-lo gera o desconforto, diferente das cadeiras dos anúncios de lojas de móveis.

A experiência estética pode ser entendida como o desencadeamento de sentimentos não associados exatamente a *estética pela estética*. É quando uma experiência de beleza também causa um efeito cognitivo e moral. É quando devemos utilizar outros sentidos, saberes e ações para “digerir”[7] uma mensagem estética, mas também para obtê-la.

Essa dificuldade de “digerir” a presença dos corpos trans e travestis se dá em diversas formas. Está nas violências homo-transfóbicas (BORRILLO, 2010[8], JESUS, 2012[9]), na imposição do armário (SEDGWICK, 2007) na vida dessas pessoas, na dificuldade em categorizar o que é ser travesti/trans.

O simples fato daquele corpo estar descontextualizado, inapropriado, revela que sua presença não é bem vista. Em *Reflexões sobre a questão gay*, Didier Eribon (2008) discute que não é que as forças armadas proibiam que os soldados fossem gays, mas eles não poderiam assumir enquanto tal. O fato de assumir acarretaria uma série de interpretações, tensionaria aquela categoria (homem soldado) e as próprias forças armadas.

Em *Corpos em aliança*, Butler (2018) também discute sobre o direito a aparecer. Na rua, nas manifestações, os corpos lutam pelo seu direito ao aparecimento, uma luta pela existência, pela reivindicação a uma vida vivível. Ao impedir que homens gays trabalhem no exército, as forças armadas não se opõem à prática homossexual diretamente, mas ao direito de aparecimento dela. Minar o direito ao aparecimento, por sua vez, não é somente violar um direito, ou o direito a ter e reivindicar direitos, mas é minar a própria existência desses sujeitos, obrigados a existir conforme uma regra imposta.

As experiências trans e travestis se dão em ordem similar. Tenta-se esconder, corrigir, comportar-se como manda a regra, mas sempre algum resquício sobra. O tribunal do gênero, entretanto, não perdoa aquela “mão boba”, aquela voz mais fina, os trejeitos. Você pode implorar pela inocência, dizer que é mentira. Nega até para você mesmx[10], como se admitir “infrinjo as regras do gênero” fossem lhe causar uma punição ainda maior. Mas o veredito chega: *mulherzinha!*

Mas para as mulheres e, principalmente para as *mulherzinhas*, não foi permitido o espaço público[11]. Sua aparição, sua presença, é, então, *obscena*. Na próxima seção discutiremos sobre o rompimento com a *estética* convencional a criação de outras *partilhas do sensível*.

A parte dos sem parte

Nas reflexões sobre *partilha do sensível*, Rancière (2009) percebe duas conformações do sensível diferentes: a policial e a política. O autor entende o regime policial como aquele estabelecido pela norma, marcado pela hierarquia, o que não possui excessos, tudo se encontra em seu devido lugar. Já a política seria um gesto que desordenaria essa ordem, é a aparição dos *sem parte*.

Ao discutir os conceitos chave de Jacques Rancière, Samuel Chambers (2010) volta ao modelo de polis de Platão. O filósofo grego prevê uma função ideal para cada membro para um bom funcionamento da polis. Escravos com o trabalho nas lavouras, soldados com a responsabilidade da segurança, mulheres com os afazeres domésticos e os cidadãos (ou donos de propriedades) com a criação de leis e tomadas de decisão.

Evidentemente, o bom funcionamento da polis exigia uma hierarquia que era conferida aos cidadãos. Artistas, poetas e até filósofos foram expulsos do modelo de polis platônico, porque eles poderiam atrapalhar/desordenar o bom funcionamento dela. O poder então é distribuído às pessoas (aos membros da polis) por meio de *suas definições*. Nesse sentido, o modelo de polis de Platão se baseia em um modelo *oligárquico* que não prevê dissensos ou questionamentos.

Os dissensos e questionamentos seriam feitos justamente por aqueles que não eram contados na polis ou não concordavam com o local que restava para eles. Rancière (2005) percebe nesses *sem parte*, insatisfeitos com o seu lugar ou seu não lugar, um potencial de geração de mudanças e com isso criação de *partilhas políticas do sensível*.

Isso porque para Rancière (*apud* CHAMBERS, 2010), a democracia deveria ser construída por meio dos dissensos. Ela se basearia na constante luta por uma *parte* na polis, pela constante luta para os *sem parte* serem ouvidos. Dessa forma, a democracia deveria trabalhar para ser sempre atualizada, de modo a cada vez mais ouvir ou perceber os outros que não haviam sido contados. Entretanto esses outros só conseguem ser percebidos na polis (ou no regime policial) por meio de um processo *político*, ou seja, um processo de questionamento da ordem.

Democracia se definiria, então, por uma regra sem regra. Um poder sem autoridade, um poder que é de todos e de ninguém ao mesmo tempo. É uma subversão ao *arché*. Um poder sem títulos, sem qualidades.

Esses questionamentos se dão quando há um processo de *verificação da igualdade* (RANCIÈRE, 2016), pelo qual se percebe que existem outras pessoas na conformação social e diferentes visões de mundo passam a tensionar e evidenciar que a conformação social não é baseada em iguais, como a partilha policial do sensível se baseia. Há

respeito da posição das mulheres com relação ao mercado de trabalho e a ocupação do espaço público. Para elas, enquanto as mulheres brancas lutavam pelo direito de trabalhar, de sair às ruas, elas, mulheres negras, já trabalhavam desde muito tempo. A luta das mulheres negras, assim, era pela dignidade, por alcançar condições menos submissas. O fato é que as vozes das mulheres de modo geral (tanto brancas quanto não-brancas) historicamente foram silenciadas nos debates e decisões públicas. O espaço público, por sua vez, sempre foi hostil para as mulheres, independente de sua raça, mas principalmente para as mulheres não brancas, que estão mais vulneráveis à violências e abusos. Para entender mais sobre essa questão sugiro o texto de hooks (2015), Collins (2016) e Werneck (2010). Mais uma vez não sugiro uma comparação com as vivências negras, porém acredito ser importante marcar que o espaço público é vivenciado de forma diferente por cada mulher e que a tomada de decisão pública pelas mulheres, cis e trans, brancas ou não brancas é recente. A sessão seguinte, “A parte dos sem parte”, será potente para refletir sobre essa exclusão.

12. Importante ressaltar que a história da Av. Pedro II é marcada pelo processo da exclusão. Inclusive seu surgimento se deu pela exclusão dos operários do centro urbano (ARREGUY e RIBEIRO, 2008), como já referido anteriormente e que continua com as ocupações das pessoas trans e travestis.

13. “No que se refere às mulheres transexuais e às travestis, é patente que, em nossa sociedade, elas não recebem o mesmo tratamento dados às mulheres cisgênero, popularmente tidas como mulheres “de verdade”, tampouco as mesmas oportunidades, de modo que as mulheres transexuais e as travestis, além de serem vitimadas pelo machismo, também o são por uma forma de sexismo, de base legal-biológizante, que lhes nega o estatuto da feminilidade ou da ‘mulheridade’ (JESUS e ALVES, 2010, p. 13, grifo do original)

um tensionamento do consenso.

Rancière (2005), entretanto, não acredita que o ideal é acrescentar os sem parte na parte. A potência não estaria no processo de inclusão, mas sim no tensionamento das fronteiras, na percepção de que existe o diferente. Na percepção de que não há consenso.

Os corpos trans e travestis são como os artistas e poetas da polis de Platão. Foram expulsos do modelo platônico de democracia e são vistos raramente na cidade[12]. “[...] a gente é jogada pela sociedade como se fosse uma enxurrada mesmo, pelos cantos, pelos bueiros” (Brenda *apud* GERMAN et al. p.32). Entretanto esses corpos não deixam de existir, mesmo sendo a sarjeta o único local que lhes sobra na cidade.

Jaqueline Gomes de Jesus (2014) define o transfeminismo como um pensamento e prática que rediscute a subordinação morfológica de gênero (construído psicossocialmente) ao sexo (construído biologicamente), que vai contra as opressões baseadas na normatividade binária (de feminino e masculino) e que se relaciona com processos históricos atuais. O transfeminismo é fundamentado na interseccionalidade das opressões das pessoas trans e do movimento feminista negro, a partir de uma consciência política dos sujeitos trans[13].

Nem todas as travestis e mulheres trans, entretanto, são transfeministas. Todavia, a existência delas questiona os modelos dos padrões, questiona o binarismo. Seus corpos estão nas fronteiras identitárias instituídas pelas normas de gênero (BUTLER, 2017).

Nesse sentido, o processo de *subjetivação* das travestis e mulheres trans é marcado por uma ambiguidade de partilhas do sensível *policial* e *política* (RANCIÈRE, 2005). Essa ambiguidade se dá pelo fato do processo de interpelação descrito anteriormente, ser, como argumenta Butler (1997), um processo de linguagem, marcado pelo que já existe e pelo que se quer transformar.

Como pano de fundo, essas vidas são marcadas por uma precariedade (BUTLER, 1999, 2018) expressas nas situações já descritas neste texto.

Fim do que não deveria ter início

“Eu queria ser um pai de família” (Fabiolla *apud* GERMAN et al, 2018, p. 64). Não que atualmente ela esteja insatisfeita com seu gênero, mas antes lutou para atender ao padrão hetero-cisnormativo. “Mas eu não sou frustrada com isso, não. Tipo, se eu pudesse eu queria ser homem ou ser uma mulher, mas como eu não sou... O que vier é lucro” (idem).

Num súbito de conformação, como se a própria condição de sobrevivência fosse um lucro, Fabiolla nos lembra que ninguém escolhe ser oprimido[14]. Mas para além do desejo frustrado de constituir uma família, outros sonhos foram deixados para trás. “Eu tenho vontade de fazer direito. Eu amo advocacia, mas o problema é de que vai adiantar a gente fazer tudo, formar e chegar na hora e não ter portas pro emprego?” (Evellyn *apud* GERMAN, 2018, p. 92).

A experiência das travestis e mulheres trans é marcada por um desprezo por sua existência, um descarte de suas subjetividades, uma facilidade grande em ser substituídas. “Tem um que fez assim, ele sempre saía comigo. Estava eu e a bicha[15], uma do lado da outra porque a gente estava conversando. Ele parou, eu fui. Na hora que eu fui, ele fez assim ‘não, ela’” (Livia *apud* GERMAN *et al*, 2018, p. 45, grifo do original).

A rua, entretanto, pode ser mais hostil do que a negação de um programa.

Ele não gosta de travesti. A gente teve muito problema com ele. Ele não quer a gente aqui na rua fazendo programa. Ele chamou o irmão dele, que é policial civil, mandou ele dar um tiro na parede, acertou em mim. Espirrou pólvora, sei lá o quê que era em mim. Queimou tudo. Foi uó. (Livia *apud* GERMAN *et al*, 2018, p. 12)

Os corpos trans e travestis e suas vidas são enquadrados enquanto matáveis, descartáveis, não vivíveis (BUTLER, 2015). Isso é demonstrado não só nas falas e narrativas transcritas no livro, e salientadas anteriormente, mas também nos dados alarmantes já citados neste texto.

O escritor português Valter Hugo Mãe em seu livro *A máquina de fazer espanhóis* (2013), utiliza emprestado, de Fernando Pessoa (no pseudônimo de Álvaro de Campos), o termo da *metafísica*, para dizer da mágica do estar com o outro e da significação que isso traz (o que gera a metafísica).

No niilismo do personagem silva[16] do livro, que após perder a mulher precisa buscar uma motivação para viver, os vínculos afetivos e sociais que ele desenvolve com seus colegas do asilo indicam uma certa construção da metafísica que logo lhe é retirada pelas circunstâncias da vida. Não só pelo que se constrói em sua passagem pelo asilo, mas nas memórias de silva, é chegada a conclusão de que a metafísica nos é retirada, ou nem sequer temos direito de tê-la.

Em “Tabacaria”, poema inspirador do livro de Valter Hugo Mãe, Fernando Pessoa diz que “não há mais metafísica no mundo senão chocolates” e completa definindo: “a metafísica é uma consequência de estar mal disposto”.

14. Para bell hooks (2015), “Ser oprimida significa *ausência de opções*” (p. 197, grifo do original).

15. Popularmente o termo bicha é utilizado para se referir a homossexuais. Entretanto, as experiências das vivências trans, travestis e homossexuais comumente são aglutinadas no Brasil, de modo que o termo pode se referir tanto ao homossexual cisgênero quanto a travesti e mulher trans.

16. Valter Hugo Mãe opta por contrariar as normas gramaticais de escrever as iniciais dos nomes em maiúscula, logicamente como um artifício significante. Como retiramos esse fragmento do livro as iniciais em minúscula serão permanecidas.

Como no início do poema de Pessoa é comum ouvir uma constante negação das travestis. Aqui repetimos uma fala que também foi repetida durante o livro: “Infelizmente durante o dia não somos nada, não somos ninguém” (Brenda *apud* GERMAN *et al*, 2018, p. 33). A ningundade se dá pela dificuldade de ocupar outros espaços e de, à parte os sonhos, quererem sobreviver.

Nas esquinas sombrias da Av. Pedro II, as interpelações são marcadas por um apagamento. Aqueles sujeitos indesejados do convívio humano, buscam a significação pessoal em uma fagulha de sociabilidade.

Sua presença, entretanto, não pode ser apagada. Elas são a prova viva de que não escolhemos com quem iremos conviver no mundo (BUTLER, 2018), da incapacidade de eliminar todos os indesejáveis da polis (RANCIÈRE *apud* CHAMBERS, 2010). Mas enquanto a norma não se conforma com a existência trans e travesti, seus corpos e sua (re)existência não poderão ser outra coisa se não política.

Referências

ARREGUY, Cintia Aparecida Chagas, **RIBEIRO**, Raphael Rajão (Coords). *Histórias de bairros [de] Belo Horizonte*: Regional Noroeste. Belo Horizonte: APCBH; ACAP-BH, 2008. Disponível em: <http://www.pbh.gov.br/historia_bairros/NoroesteCompleto.pdf> Acesso 10 de maio de 2019.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas*: Notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. Trad. Fernanda Miguens. _____. *Corpos que pesam*. In: LOURO, Guacira Lopes. *Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade*. Belo Horizonte: Autentica, 1999. _____. *Excitable speech: a politics of the performative*. Nova York e Londres: Routledge, 1997. _____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. Trad. Renato Aguiar. _____. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. Trad. Renato Aguiar. _____. Regulações de gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, no 42, p. 2490-274, jan/jun 2014.

CHAMBERS, Samuel. Police and Oligarchy. In: DERANTY, Jean-Philippe. *Jacques Rancière: Key Concepts*. Acumen, 2010 (p. 57-68)

COLLINS, Patricia Hill. “Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro”. In: *Sociedade e Estado* [online]. 2016, vol. 31, n. 1, pp. 99-127.

DEWEY, John. Ter uma experiência. In: _____. *Arte como experiência*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.p. 109-141. _____. En busca del público. In: _____. *La opinión pública y sus problemas*. Madrid: Ediciones Morata, 2004. p. 59-76.

ERIBON, Didier. *Reflexões Sobre a Questão Gay*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

FIGUEIREDO, Angela. Carta de uma ex-mulata à Judith Butler. *Periodicus*, Salvador, n. 3, v. 1, mai.-out. 2015. Disponível em: <https://www.academia.edu/29286937/Carta_de_uma_ex-mulata_a_Judith_Butler> Acesso 1º de julho de 2019.

GERMAN, Tomás, SCLIAR, Afonso, MACEDO, Bárbara, PARANHOS, Caio, PIRES, José Henrique (Orgs.). *Translado*: narrativas trans da Av. Pedro II. Belo Horizonte: Favela é Isso Aí, 2018.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. Pequenas Crises: Experiência estética nos mundos cotidianos. In. GUIMARÃES, C., LEAL, B., MENDONÇA, C. C. (orgs.). *Comunicação e Experiência Estética*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

hooks, bell. Comendo o outro. In: hooks, b. *Olhares negros: raça e representação*. São Paulo: Editora Elefante, 2019. p. 64-95. _____. *Mulheres negras: moldando a teoria feminista*. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 16, p. 193-210, jan./abr. 2015.

JESUS, J. G. Identidade de Gênero e Políticas de Afirmção Identitária. In: *VI Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero*, 2012, Salvador. Anais do Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2012. v. 1. p. 1-15. _____. Interlocuções Teóricas do Pensamento Transfeminista. In: Jaqueline Gomes de Jesus. (Org.). *Transfeminismo: Teorias e Práticas*. 1ed. Rio de Janeiro: Metanoia Editora, 2014, v. , p. 03-18.

JESUS, J. G.; ALVES, H. Feminismo Transgênero e Movimentos de Mulheres Transsexuais. *Cronos* (Natal. Impresso) , v. 11, p. 8-19, 2010.

MÃE, V. H. *A máquina de fazer espanhóis*. São Paulo: Cosac Naif, 2013.

RANCIÈRE, J. *A noite dos proletários: arquivos do sonho operário*. São Paulo: Companhia das Letras: 1988. Trad. Luís Leitão. _____. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: Ed. 34, 2005. Trad. Luís Leitão. _____. *Política, polícia, democracia*. Santiago: LOM Ediciones, 2006. Trad. Luís Leitão.

PIRES, E. *Cidade Ocupada*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2007. (Tramas Urbanas; v.2).

SEDGWICK, E. K. A epistemologia do armário. In: *Cadernos pagu* (28), janeiro-junho de 2007:19-54.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. In: *Revista da ABPN*, Rio de Janeiro v. 1, p. 8-17, mar./jun. 2010.

**Tomás German é Mestrando em Comunicação Social, linha de Pesquisa Processos Comunicativos e Práticas Social, pela FAFICH/UFMG. Graduado em Comunicação Social, Habilitação Publicidade e propaganda pela FAFICH/UFMG.*